

Recensões

Miguel Cardina, *A tradição da contestação. Resistência estudantil em Coimbra no Marcelismo*. Coimbra: Angelus Novus, 2008, 256 pp.

A tradição da contestação é um título aparentemente ambíguo, pela contradição nos termos que sugere e, consequentemente, pelo desafio que lança ao leitor. Na verdade, tradição opõe-se a contestação, como continuidade a mudança. Sendo, aliás, os dois pólos em que se equilibra a vida das sociedades, a sua ligação parece improvável, se não mesmo impossível. Contudo, a leitura das primeiras páginas deixa muito clara a intenção do autor, mostrando como a heterodoxa aliança dos dois conceitos é, afinal, a linha mestra e o mérito maior da sua investigação: recuperar o fio de continuidade, por vezes pouco visível, que liga os movimentos de contestação dos longos anos sessenta em Coimbra, contrariando “a propensão para glorificar momentos particulares em detrimento de um esforço compreensivo mais amplo” (p. 17).

1. Várias razões existem para que essa tendência descontínua e episódica prevaleça sobre o esforço para trazer à superfície algo que corre subterraneamente. Antes de mais, o carácter da memória geracional, intensa, mas curta e fragmentada, que serve “quase exclusivamente, sob a forma de citações avulsas e algo inócuas, para legitimar *a fortiori* determinadas atitudes de circunstância” (Rui Bebião). Datas e protagonistas célebres e de grande carga afectiva e simbólica, como os vários Dias do Estudante que se seguiram ao mais emblemático (1962), as Cheias e a Tomada da Bastilha de 1967 e 68, ou o 17 de Abril de 1969, sobrepõem-se assim, a um *continuum* quase invisível, através de um sobre-investimento de sentido que, paradoxalmente, em vez de força catalisadora e de movimen-

tação colectiva, induz preocupantes mecanismos de bloqueio e de apatia.

Assim, entre dois extremos parece oscilar a utilização actual dessa memória: por um lado, uma atitude reverencial para com esses momentos acriticamente sacralizados, patente nas constantes cerimónias comemorativas, na verdadeira onda editorial de álbuns de recordações, nas incontáveis homenagens aos principais heróis dessa pequena epopeia, ou mesmo na recolha repetitiva e nostálgica dos seus testemunhos.

Por outro, uma visão meramente instrumental que, de forma mecânica, procura falsas correspondências entre as lutas de hoje e as lutas de ontem, como aconteceu, por exemplo, na contestação dos anos 90 contra as propinas. E mesmo nos relativamente frequentes momentos em que a Academia pretende avançar no sentido de produzir pensamento crítico sobre esse passado, permanece a incómoda sensação de que se está sempre a partir do zero, a começar do nada. É o que acontece, a título de exemplo, com a reflexão em torno da praxe, verdadeiro *case study* dos movimentos da juventude universitária, particularmente coimbrã. Ciclicamente, é retomada como emblemática bandeira de contestação pelos sectores mais progressistas, como se fosse a primeira vez. Ora, como mostra Miguel Cardina “contrariamente aos anúncios provenientes de uma certa apologética coimbrã, a praxe foi sendo alvo, ao longo dos tempos, das mais variadas críticas” (p. 27). E a atitude mais drástica da sua suspensão, como forma de luto académico na mais famosa de todas as crises, a de

1969, já tinha sido adoptada em idênticas situações de excepção.

2. De muitas outras continuidades, sem deixar de assinalar as inevitáveis rupturas, trata este livro que, embora se concentre com mais profundidade num período mantido na sombra – o período marcelista – recua aos anos 50, época em que se começa a formar em todos os sectores (e não só no universitário) uma poderosa cultura de juventude, o que obrigou a um esforço de renovação metodológica e temática, desafio a que muitos historiadores ainda não souberam dar resposta adequada. Miguel Cardina revela, pelo contrário, um muito claro entendimento desse fenómeno, bem como um perfeito domínio dos recursos metodológicos adequados a detectar “a penetração de novos modelos culturais oriundos de uma cultura juvenil em insurgência nos mais variados pontos do globo” (p. 204).

Assim, se a politização progressiva do meio estudantil coimbrão de 1970 até às vésperas do 25 de Abril, é o *leitmotiv* da obra, ela insere-se num vasto quadro das mudanças de referências intelectuais, estéticas, de comportamento e de sociabilidade que marcou decisivamente toda a década, segundo uma tradição de contestação em que cada geração é muito mais herdeira de tendências vindas de trás (mesmo se as renova e re-orienta) do que imaginam os seus actores.

3. É justamente esse quase sempre acidentado e conflituoso “diálogo” entre o movimento estudantil dos anos 70 e os seus antecessores, especialmente a crise de 69, o aspecto mais inovador desta obra. Pela primeira vez objecto de um estudo sistemático, os anos 70 aparecem-nos assim, a partir de agora, menos como “tempo de desorientação e refluxo, de radicalização inconsequente” e mais como “anos de emergência de um novo período crítico” (p. 205)

Na verdade, situados entre dois momentos míticos – 1969 e 1974 – os anos 70 pisam um terreno movediço e, mais do que isso, armadilhado pela autoproclamada abertura marcelista. A substituição no Ministério da Educação de José Hermano Saraiva, um ministro do antigamente, por Veiga Simão, um tecnocrata reformista, coloca o movimento perante novos e insuspeitados desafios: mais do que a contestação de uma universidade antidemocrática, selectiva e elitista, tratava-se de desmascarar uma universidade “adaptada às novas necessidades do desenvolvimento do capitalismo em Portugal” (p. 130). Esta era, afinal, a contradição de fundo, onde desaguam tantas outras, causadoras das específicas dificuldades com que se defrontou o movimento.

Uma reforma orientada pelo lema ‘Democratização da Universidade’, que rapidamente substituiu o clima de diálogo pela instauração do “estado de sitio”, através da entrada no espaço inviolável da universidade de agentes policiais que, ao contrário da habitual discrição dos informadores da PIDE, espancavam e prendiam estudantes de forma discricionária e violência desproporcionada.

Um ministro que quis ligar o seu nome à pacificação da vida académica, promovendo a famosa sessão de pedido de desculpas ao Presidente Tomás, mas não impediu a incorporação no Exército de 49 dos mais destacados dirigentes de 69, nem hesitou em encerrar a AAC.

Estas são as condições concretas que explicam “uma fragmentação do activismo e a uma radicalização das suas bandeiras” (p. 133), segundo uma dinâmica de retracção totalmente oposta à expansão que aconteceu em 69, em que a relativa despolitização do movimento lhe permitiu um notório alargamento da base de apoio. Por outro lado, a neutralização do centro natural do movimento que era a AAC fez dos

curso, não o elo de uma cadeia que transportava a contestação da Associação, estrutura dirigente no terreno da movimentação de massas, para a Universidade, mas sim o único local de livre participação e decisão. Uma espécie de bolsa de resistência que explodia no espaço público de forma espontânea, diversificada e violenta, mas também mais vulnerável à repressão imediata. O herói desta espécie de guerrilha, ou *guerra de posições* (por contraste com a *guerra de manobras* para usar a terminologia de Gramsci), não é já o dirigente associativo, mas o estudante de base que, sem a mediação das estruturas associativas, passa a ser o único intérprete das grandes questões que afligem a juventude portuguesa. E de todas, a mais dramática: a Guerra Colonial. Se, em 1969, era ainda um assunto quase tabu, a contestação da guerra passa a ser o cerne da reivindicação estudantil. Por sua vez, o governo, enredado nas suas próprias contradições, passa a utilizá-la como arma de arremesso. “No contornar da década, já não só a falta de aproveitamento escolar mas também os desvios ao bom comportamento passam a

ditar a incorporação. A estratégia custaria caro ao regime: nos quartéis e nas frentes de batalha, a politização das tropas, cansadas de uma guerra interminável, ganhava contornos cada vez mais nítidos.” (p. 138). Podem não ter sido heróicos, nem sequer festivos estes anos de chumbo da Primavera marcelista, marcados pela emergência crescente de pequenos grupos que compensavam em sectarismo ideológico-político e combatividade prática a ausência de unidade e de implantação nas massas estudantis. Mas a história compreensiva, a igual distância da diabolização ou do endeusamento, que deles nos oferece Miguel Cardina mostra o seu contributo decisivo na denúncia do impasse e da a caricatura em que as promessas liberalizantes se afundaram. E essa não é uma pequena glória para os incompreendidos activistas dos anos 70. Afinal, por entre por entre êxitos e fracassos, não deixaram de eleger como principal bandeira de contestação a Guerra Colonial. E foi ela o caminho mais curto para o 25 de Abril.

Maria Manuela Cruzeiro

Elena Hernández Sandoica; Miguel Ángel Ruiz Carnicer; Marc Baldó Lacomba, *Estudiantes contra Franco (1939-1975). Oposición política y movilización juvenil*. Madrid: La Esfera de los Libros, 2007, 507 pp.

No final da década de sessenta, o ministro espanhol Carrero Blanco – mais tarde assassinado pela ETA, em 1973 – classificava os estudantes universitários da altura como seres “envenenados de corpo e alma”. A expressão viria a ser convocada por José Álvarez Cobelas, em 2004, para título de uma obra académica sobre a oposição universitária madrileña ao franquismo e é agora novamente empregue por Elena Hernández Sandoica, Miguel Ángel Ruiz Carnicer e Marc Baldó Lacomba – autores de *Estudiantes contra Franco (1939-1975)*.

Oposición política y movilización juvenil – para dar conta do processo de desafeção estudantil durante o franquismo.

O veneno a que se referia Carrero Blanco – a contestação das pautas ideológicas, sociais e culturais da ditadura – havia permanecido praticamente inoperante até finais da década de cinquenta. A intensa depuração que se seguiu à Guerra Civil, com a execução ou o exílio de muitos professores e alunos republicanos, ajudara a sedimentar a ordem saída do *Alzamiento*. Se o fim da 2.ª Guerra Mundial abriu espaço, por

momentos, a uma crise de legitimidade internacional, no início da década de cinquenta a vitória consolidada sobre os últimos fogachos da resistência republicana, as relações amigáveis com a Santa Sé e o novo jogo de interesses provenientes da Guerra Fria – que levou a que os Estados Unidos passassem a ver Espanha como um tampão seguro ao avanço do comunismo – proporcionou um reforço da aceitação internacional do regime.

É também por esta altura que começa a afirmar-se uma nova geração de estudantes, jovens nascidos durante a Guerra Civil ou que eram demasiado pequenos para terem participado plenamente do “horror da luta” e do “terror imediato” (p. 99) que lhe sucedeu. Provinham, em regra, de famílias da classe média ou alta, que mantinham uma relação entusiasta ou apaziguada com o campo nacionalista, mas cujos filhos se caracterizavam agora por refutar as fracturas oriundas da guerra e o nacionalismo católico do regime. Em meados da década de cinquenta, três mil estudantes madrilenos assinavam um manifesto que começava com a frase “Nós, filhos dos vencedores e dos vencidos...”, o que em si mesmo soava como uma afronta. Em Outubro de 1955, o funeral de Ortega y Gasset é transformado numa manifestação política. Dois meses depois, em Dezembro, o reitor da Universidade Complutense, Pedro Laín Entralgo, escreve um relatório destinado a avaliar a “situação espiritual” da juventude, no qual se declara que ela está marcada por uma “viva ansiedade quanto ao futuro de Espanha e pela crítica premente à falta de brio do nosso Estado para resolver os problemas da vida espanhola” (p. 107). No início de 1956, em Madrid, sucedem-se as críticas à falta de representatividade do SEU, provocando inúmeros confrontos entre falangistas e críticos do sindicato único.

Ainda assim, na curva da década de cinquenta para a década de sessenta, apenas uma pequena “minoría politizada” detinha inquietações político-sociais, ia ao clube ou participava em tertúlias. A maioria dos estudantes “lia a *Marca* e jogava póquer e dominó”, como recorda um estudante valenciano citado pelos autores (p. 173). Contudo, durante os anos sessenta, as leituras sintonizam-se com uma “tendência laicizadora” (p. 157), pouco a pouco tornada dominante. Em finais da década, um inquérito feito aos alunos da Universidade de Madrid indicava que estes liam – ou afirmavam ler – Sartre (57%) e Marcuse (55%) bem mais do que Adolfo Muñoz Alonso, ideólogo do *Movimiento* (8%). Num contexto de dilatação do número de estudantes e de professores – nomeadamente dos chamados “professores não numerários”, destinados a responder ao aumento da frequência universitária – afirma-se uma cultura de oposição que, sendo um fenómeno colectivo, abarcava uma importante “dimensão de experiência individual” (p. 175).

Os “pequenos núcleos de militantes clandestinos que se iam formando nas aulas através de redes de sociabilidade informal” (p. 17) haviam crescido e tinham-se diversificado. Para além do PCE (Partido Comunista de España), a esquerda estudantil contava também com a ASU (Asociación Socialista Universitária), fundada em 1956, e a FLP (Frente de Liberación Popular), criada em Setembro de 1958, e marcada pela tentativa de conjugar cristianismo, marxismo e “terceiro-mundismo”. Das suas fileiras fizeram parte, entre outros, Júlio Cerón, José María Maravall, Manuel Castells e Vicente Verdú. Apesar de desaparecida em 1970, a FLP ocupou um lugar de destaque na politização estudantil durante estes anos, sobretudo pelos seus frequentes apelos à aproximação ao mundo operário. Estas organizações – PCE, ASU

e FLP – chegaram a criar a FUDE (Federación Universitaria Democrática Española), uma estrutura destinada a coordenar o entrismo no SEU, e estariam presentes depois na criação dos sindicatos democráticos.

Os SDEU (Sindicato Democrático de Estudiantes de la Universidad) pretendiam ser uma alternativa ao sindicato oficial franquista. O primeiro nasceu em Barcelona, em 1966, após um dramático encontro num mosteiro em Sarriá, que terminou com uma vigília de dois dias feita pelos cerca de quinhentos estudantes e professores que estavam no interior do edifício. Entre 1966 e 1969, ao mesmo tempo que se formam sindicatos democráticos em quase todas as universidades espanholas, endurece a repressão, modo encontrado pelo regime para contrariar a “espécie de crise endémica da vida ‘normal’ da universidade” (p. 231). O momento simbólico deste recrudescimento repressivo foi a detenção e morte de Enrique Ruano, militante da FLP, a 20 de Janeiro de 1969. Segundo a versão oficial da polícia, Ruano terá saltado do sétimo andar da Direcção Geral de Segurança, onde estava a ser interrogado há 48 horas, devido a problemas afectivos e psicológicos. Esta não foi, porém, a convicção dos estudantes, que se manifestaram vigorosamente nos dias seguintes, levando o governo a declarar o estado de excepção por três meses, abrindo caminho a um período de “repressão preventiva, com a ocupação física das faculdades por parte da polícia” (p. 264).

É por esta altura que Carrero Blanco fala dos estudantes como estando “envenenados de corpo e alma” e que o diário ABC refere a existência de uma “escória imunda” da qual a universidade se deveria depurar (p. 272). O clima de repressão e o impacto de um contexto generalizado de lutas estudantis a nível mundial conduzem à fragmentação e radicalização dos grupos

políticos actuantes no território universitário. A adopção do eurocomunismo por parte do PCE, bem como o progressivo desmantelamento da FLP, levam à multiplicação de pequenos grupos esquerdistas, a maioria de formação maoísta ou trotskista, caracterizados por um forte sentimento anti-imperialista e pela defesa da “ditadura do proletariado” e da “revolução”. Alguns deles, convencidos de que o franquismo apenas cairia pela força, lançam-se com urgência na luta armada. É o caso da FRAP (Frente Revolucionário Antifascista y Patriótico), dos GRAPO (Grupos de Resistência Antifascista Primero de Octubre) e, de modo diferente, pela sua mescla de marxismo e nacionalismo basco, da ETA (Euzkadi Ta Askatasuna).

Este “marxismo radical tardio” (p. 317), plural e heterogéneo, vinha também adicionar às formas tradicionais de contestação – panfletos, manifestações, pichagens – outras, mais ousadas, que consistiam em ocupações, assembleias ou ataques visando os símbolos do regime. As mobilizações contra a condenação à morte de seis militantes da ETA, em 1970, vieram reforçar o caudal anti-regime e demonstrar a impossibilidade de qualquer compromisso com as forças da ordem, fenómeno que a recusa da tecnocrática *Ley General de Educación* veio confirmar. Neste período não deixa também de se fazer notar uma aguerida extrema-direita, muito activa em alguns momentos específicos, e também ela crítica do regime, ainda que a repressão não se abatesse da mesma forma sobre estas franjas ideológicas.

No período imediatamente anterior à morte de Franco, um dos sinais da tímida política reformista do governo de Árias Navarro seria a aprovação de um decreto, em Setembro de 1974, que possibilitava a participação estudantil nos órgãos da universidade. O PCE vira neste acontecimento uma possibilidade de aproveitar as mar-

gens de legalidade concedida, sendo secundado nesta estratégia pelos maoístas da Joven Guarda Roja. Em Janeiro de 1975, a Junta Democrática de Madrid, liderada pelo PCE, convoca os estudantes a “lutar pelas liberdades democráticas, a amnistia e a devolução ao povo espanhol do pleno exercício da sua soberania” (p. 394), enquanto a extrema-esquerda procurava “subordinar a luta estudantil à acção nos bairros e nas fábricas ou [...] apelando à violência revolucionária” (p. 387).

Nas páginas finais desta obra, problematiza-se ainda o papel do movimento estudantil na oposição ao franquismo e afere-se distâncias e aproximações entre esse passado e o activismo estudantil na actualidade. Adoptando a tese de José Maria Maravall, segundo a qual a transição espanhola foi um “processo de reforma negociada, conduzida a partir de cima e combinada com uma dinâmica de pressão a partir baixo” (p. 407), acentua-se a importância do protagonismo estudantil nessa mudança. Ele preparou o “substrato discursivo da transição” (p. 19), actuando como um laboratório dos valores democráticos e estimulando a aprendizagem da democracia mais como “forma de comportamento social do que como teoria política” (p. 27). Contendo ainda duas dúzias de anexos e um útil índice onomástico, este livro fornece uma porta de entrada imprescindível para o conhecimento da história da oposição estudantil ao franquismo, o que, à semelhança do caso português, é também a (pré-)história das elites emergentes a partir de meados dos anos setenta. Duas notas

finais: a primeira para sublinhar os surpreendentes paralelos entre os percursos da insurgência estudantil ocorridos em Espanha e aqueles que, pela mesma altura, se iam desenvolvendo em Portugal. Não obstante algumas especificidades (Guerra Colonial, em Portugal; nacionalismos periféricos, em Espanha) esta é uma constatação que convida, desde logo, a um estudo comparativo. A segunda nota serve para lamentar a ausência de uma obra equivalente no nosso país. Os dois textos que se propõem efectuar uma leitura nacional das lutas estudantis durante o Estado Novo apresentam carências. O livro *Grandes planos. Oposição estudantil à ditadura. 1956-1974*, de Gabriela Lourenço, Jorge Costa e Paulo Pena, é sobretudo uma reportagem alargada com base no testemunho de alguns activistas da época, que se percorre com prazer mas que apresenta limitações interpretativas. Por sua vez, *Movimentos estudantis em Portugal, 1945-1980*, de Nuno Caiado, mau grado o seu carácter pioneiro (data de 1990), encontra-se já desactualizado e omisso em relação a algumas questões. Seria importante a existência desta síntese reflexiva global, não apenas para iluminar algumas zonas de penumbra – o posicionamento político-ideológico do corpo docente e das instituições universitárias ou a história do meio estudantil do Porto são terrenos com grandes lacunas no plano do conhecimento histórico – como para efectuar um balanço integrado da investigação já realizada.

Miguel Cardina

Manuel Carvalho da Silva, *Trabalho e sindicalismo em tempo de globalização: reflexões e propostas*. Mafra: Círculo de Leitores, 2007, 504 pp.

Num contexto em que se configuram novas e velhas formas de exploração e de opressão, “porque é que não se tem reforçado o

movimento sindical?” (p. 19). Esta é uma das interrogações fortes que orienta a presente obra de Manuel Carvalho da Silva

(MCS). As suas hipóteses de trabalho dão ênfase, por um lado, à afirmação da centralidade do trabalho, e por outro, aos sindicatos enquanto actores colectivos fundamentais para a transformação e desenvolvimento da sociedade, o que comportaria ainda a necessidade “de serem adoptadas significativas readaptações estruturais, organizacionais, de estratégias e de processos de trabalho” (p. 468).

Dispensando apresentações, o autor envereda por um caminho ambicioso mas urgente. O debate em torno do papel do sindicalismo no contexto actual de acentuação dos processos de globalização não é novo, mas reveste-se de grande actualidade e as pistas para a sua renovação continuam largamente por explorar.

Parte significativa do interesse pelo seu livro decorrerá do facto de ser da autoria de um actor central no mundo sindical português das últimas décadas. A dupla condição de sindicalista e sociólogo poderia colocar riscos à construção de um objecto de estudo e ao desenvolvimento de uma capacidade analítica rigorosa. O autor assume uma posição epistemológica crítica face aos preceitos positivistas, recusando a neutralidade axiológica, mas accionando mecanismos de reflexividade que passam por enunciar à partida o seu percurso biográfico como forma de dar a conhecer “as condições do conhecimento” produzido, bem como pelo recurso sistemático à teoria enquanto orientadora da pesquisa.

A parte I do Livro é centrada sobretudo nas grandes transformações socioestruturais ocorridas. Trata-se de fenómenos que têm sido objecto de amplo debate, mas que o autor procura relacionar com os impactos ocorridos na esfera do trabalho: a aceleração dos processos de globalização económica, unificação dos mercados e internacionalização do processo produtivo; agravamento das desigualdades sociais; papel das empresas multinacionais;

flexibilização das modalidades contratuais, da duração e organização do tempo de trabalho.

É sobre este pano de fundo que o autor desenvolve uma argumentação em torno do não determinismo das mudanças em curso, dos debates acerca do fim do trabalho, afirmando a centralidade deste, que condensa em nove componentes, bem como da afirmação do papel e da actualidade dos sindicatos. MCS desenvolve, no seu modelo de análise, três tipos de abordagem: socioestrutural, politico-organizacional e interactivo, atribuindo, no entanto, primazia ao primeiro “como o nível básico da constituição das condições sociais de onde emerge a acção colectiva” (p. 68). Na parte II, são desenvolvidos os estudos de caso, nos quais MCS procura colocar em diálogo teoria e empiria. A emergência do sindicalismo em Portugal, indelevelmente associado à CGTP, é abordada pelo autor, que identifica a sua génese no aumento da conflitualidade social nos anos 60, conjuntamente com a criação de um movimento sindical anti-corporativo que daria origem à Intersindical em 1970. Realizando uma descrição exaustiva do percurso da CGTP, identifica as diferentes condições da acção sindical, antes do 25 de Abril e após o advento democrático, que divide em quatro momentos distintos.

Dedica igualmente atenção aos principais marcos do processo de construção do “Diálogo Social” no quadro da União Europeia, que surge a contraciclo face aos ventos desreguladores. Coloca no centro desta análise o papel do movimento sindical europeu, apontando a complexidade, mas também os limites da intervenção da Confederação Europeia de Sindicatos num contexto de pouca disposição patronal para a realização de “compromissos sérios” com vista à manutenção do modelo social europeu. Carvalho da Silva aborda também a relevância da contratação colectiva para os

sindicatos, apontando os contributos destes na promoção do desenvolvimento da economia e da sociedade

Finalmente, MCS apresenta três estudos de caso que incidem sobre três complexos de empresas, com origens e percursos diferentes: Grundig/Blaupunkt (material eléctrico); Nova Penteação (têxtil); e Portugal Telecom (telecomunicações). Trata-se de estudos com uma grande riqueza empírica: ilustram os processos de industrialização do país em diversos sectores produtivos, as diferentes inserções da economia no mercado mundial, as estratégias empresariais de crescimento, fusão, reestruturação e falência. Ao mesmo tempo, abordam-se as transformações ocorridas na sociedade portuguesa: a entrada de trabalhadores ligados ao campo, nomeadamente mulheres, na esfera da produção industrial, a construção de solidariedades colectivas num novo contexto de socialização que permitiram a emergência da acção colectiva no local de trabalho.

O autor admite, ao longo do livro, a existência de um défice na reflexão sindical em diversas áreas: no âmbito da flexibilização das relações laborais, mas também quanto à melhor forma de chegar a diversos sectores sociais, nomeadamente os jovens, mulheres e trabalhadores imigrantes, no sentido de renovar e rejuvenescer o conjunto dos sindicalizados e das direcções sindicais. Constata que a afirmação do papel e relevância dos sindicatos passa pela capacidade de influenciar o debate ideológico, ou seja, por poder pesar na batalha das ideias, afirmando uma agenda sindical “dinâmica, articulada e coordenada”, aliando a dimensão das reformas institucionais, mas também a acção colectiva e radical, que recuse a modernização neoliberal e seja portadora de um projecto emancipatório.

A identificação dos principais pontos de bloqueio de que padece o sindicalismo actual, nomeadamente o português, é algo

naturalmente importante. No entanto, o autor parece ter privilegiado demasiadamente o nível de análise socioestrutural em detrimento do político-organizacional e interactivo. Dito por outras palavras, MCS identificou claramente, por um lado, as condicionantes estruturais que delimitam o campo de actuação sindical actual, mas por outro, enunciou apenas a condição de necessidade e de possibilidade de os sindicatos se adaptarem face às novas circunstâncias.

O desenvolvimento destes dois últimos níveis permitiria um maior enfoque no sindicalismo enquanto actor social, com capacidade de reflexão estratégica, identificando o novo contexto e actores em presença e, em função deste, apontando para uma estratégia activa com repercussões no plano das orientações políticas, mas também da mudança organizacional, funcionamento democrático, atribuição de meios humanos e recursos materiais, bem como da renovação das formas de acção colectiva.

Assim, a estratégia sindical para fazer frente aos inúmeros desafios é ainda inconclusa. Ante o fim das “homogeneidades” e o individualismo institucionalizado, qual o papel dos sindicatos na reconfiguração de novos laços de solidariedade e de identidade, num contexto de fragmentação, heterogeneização e complexificação da classe trabalhadora?

Qual poderia ser a estratégia sindical para reverter o declínio da sua representatividade? O inquérito realizado por Carvalho da Silva indica uma imagem algo ambivalente dos sindicatos. Existe uma “vontade de mobilização em torno dos sindicatos, mas com condições” (p. 120). Entre essas condições, encontra-se a vontade de maior acesso à informação, maior participação e democracia, mas também de maior independência relativamente aos partidos políticos.

Assim, uma nova orientação sindical capaz de enfrentar os desafios colocados implica igualmente uma mudança de práticas actualmente existentes na acção sindical. Um exemplo é a necessidade de os sindicatos contribuírem para organização e representação dos trabalhadores mais fragilizados e precarizados, que são já 20% da população trabalhadora portuguesa. As declarações de um dirigente sindical da Portugal Telecom reproduzidas por MCS são neste caso elucidativas: “os sindicatos no dia-a-dia da sua acção, de contacto e organização dos trabalhadores’ mantêm a sua intervenção muito centralizada na ‘disputa de re-

presentação daqueles trabalhadores que estão cobertos pelo acordo de empresa’, cujo global, que já foi de ‘mais de 22 000 trabalhadores, é hoje de cerca de 8800 e, provavelmente, será bastante menos daqui a poucos anos’” (p. 275).

O livro de Manuel Carvalho da Silva é, portanto, um contributo importante para a continuação de uma reflexão que procura uma prática renovada da acção sindical. Esta será feita seguramente de novas experiências, erros, ajustes e mudanças, mas é tão urgente quanto necessária.

Hugo Dias

André Freire, *Crónicas políticas heterodoxas*. Lisboa; Sextante Editora, 2007, 206 pp.

Num tempo em que o discurso hegemónico parece querer instituir uma espécie de “pensamento único”, André Freire apresenta-nos neste livro uma compilação de artigos de opinião publicados na imprensa. A utilidade dos textos organizados nesta publicação é de grande pertinência ao reunir uma diversidade de temas abordados com um olhar crítico em relação aos mesmos.

O interesse da obra é grande, nela transparecendo uma abordagem em geral relacionada com o percurso académico do autor. A forma como é estruturada a análise permite que a obra mantenha todo o rigor científico e fundamentação empírica que lhe conferem qualidade e credibilidade, mas, ao mesmo tempo, o discurso do autor é acessível e de fácil leitura para um público não académico, assumindo assim um papel de divulgação científica. Um dos aspectos mais relevantes desta conjugação entre uma obra de agregação de artigos de opinião e de divulgação científica é o facto de permitir ao leitor encontrar uma bibliografia que permite o acesso a textos complemen-

tares e mais elaborados sobre as diferentes temáticas.

Um aspecto relevante e clarificador é o esclarecimento que o autor começa por fazer do seu posicionamento político (de esquerda) para situar o leitor na interpretação das respectivas crónicas.

A obra encontra-se dividida em oito capítulos. Merecem realce o primeiro tema, sobre a divisão esquerda-direita, e também o último capítulo, em que o autor agregou os textos sobre a Europa, Médio Oriente e a Turquia. Estes dois capítulos são, por diferentes razões, de extrema relevância por colocarem em causa os discursos e políticas hoje dominantes na Europa e no mundo ocidental, quer em torno dos assuntos internos quer da política internacional no contexto da globalização.

O primeiro tema abordado, a divisão esquerda-direita, é de todos o que mais interesse tem na actualidade. Criticando a tese do suposto “fim das ideologias” e a perda de relevância da dicotomia esquerda-direita na interpretação dos fenómenos políticos, consideramos que o autor tem

razão quando afirma que esta divisão continua a ser pertinente. Não existe nenhuma outra forma que consiga classificar o enquadramento político dos indivíduos, e que permita a compreensão da complexidade dos acontecimentos políticos e problemas sociais quotidianos ou sobre as propostas dos partidos e agentes políticos (quer nos actos eleitorais, quer durante as respectivas legislaturas no decurso do debate público que é apanágio de qualquer democracia).

A divisão esquerda-direita é discutida em diferentes momentos para demonstrar que a tese do “fim das ideologias” não passa afinal de uma nova ideologia e que a divisão esquerda-direita continua, hoje, a ser pertinente para explicar acontecimentos e enquadrar os indivíduos no campo político. Como o autor refere, esta divisão “[...] é, ao nível sistémico, um código político que tem servido como instrumento de comunicação entre políticos, *mass media* e eleitores” (p. 19). É através desta divisão que os indivíduos constroem o seu enquadramento político permitindo-lhes compreender a acção e o discurso político, condição decisiva para optarem por um determinado programa no contexto eleitoral. Uma referência relevante que André Freire apresenta, é o facto de a pertinência e saliência desta dicotomia ser mais visível e perceptível de acordo com o contexto político, social e económico de um dado país. No caso de uma crise económica, a divisão esquerda-direita vai acentuar-se nas propostas políticas e nos respectivos discursos dos actores e agentes políticos (p. 13). No capítulo 8, o autor apresenta um conjunto de artigos dedicados à “análise” de acontecimentos internacionais. Neste conjunto de artigos encontramos reflexões sobre a Europa, o Médio Oriente e a Turquia. André Freire apresenta-nos um leque variado de temas sobre os fenómenos políticos internacionais, merecendo destaque

o texto *Pluralismo étnico e tipo de democracia: o caso do Montenegro*, no qual o autor reflecte sobre a democracia e as implicações que diferentes opções estratégicas podem adquirir no aprofundamento (ou esvaziamento) da mesma numa dada realidade nacional. A escolha do sistema político e do sistema eleitoral deve ser acautelada de acordo com a realidade em causa, pois a escolha de cada tipo de sistema influencia o funcionamento e expansão da democracia, como é exposto no artigo. Estas escolhas colocam em questão se o modelo democrático ocidental será a solução mais viável para uma sociedade multi-étnica, como é o caso do Montenegro.

O segundo tema deste capítulo que merece realce é a reflexão sobre a adesão da Turquia à União Europeia (U.E.). Estes textos são o resultado da visibilidade mediática que o tema adquiriu com a retomada das negociações e que levou uma série de políticos, nacionais e dos estados membros da União Europeia, a tomarem posição em relação à possível integração daquele país na U.E. Neste conjunto de artigos dedicados à Turquia, o autor apresenta de forma clara e objectiva as razões pró e contra, defendendo uma parceria privilegiada de modo a não estrangular o funcionamento e o aprofundamento das instituições da U.E. O conjunto dos artigos sobre os fenómenos políticos internacionais evidencia bem a importância que estes podem ter no quotidiano do nosso país e no mundo globalizado de hoje. O desenlace destes fenómenos pode suscitar impactos indirectos na realidade nacional dos países nos planos político, económico e social.

Antes de concluirmos, importa referir alguns capítulos de particular relevo, tais como sobre o sistema de governo (capítulo 2), o sistema eleitoral (capítulo 3) e o dedicado ao Partido Socialista, desde as primárias até ao governo Sócrates (capí-

tulo 6), nos quais se agregam diferentes temas e a análise politológica é mobilizada com astúcia para interpretar e explicar os fenómenos políticos nacionais. Estas análises ajudam-nos a compreender as derivas ideológicas, no discurso e na acção, dos diferentes actores e agentes políticos do país. Um dos exemplos que André Freire utiliza para maximizar a análise politológica é interrogar-se sobre quem tem recaído os maiores sacrifícios pedidos aos portugueses nos últimos anos (a classe trabalhadora), aliando-a com a ideologia e a divisão esquerda-direita (artigos 6.3 e 6.5).

No que concerne ao sistema de governo (artigo 2.2), o autor reflecte sobre a importância e a utilidade do voto dos cidadãos, discutindo a opção de não dissolver o parlamento, por parte do então Presidente da República, quando Durão Barroso saiu para a Presidência da Comissão Europeia, questionando a utilidade das eleições presidenciais. Ao longo do artigo fica demonstrada a relevância que os actos políticos poderão ter na percepção da utilidade de votar pelo cidadão comum. Consideramos que a análise desenvolvida sobre este exemplo específico, é passível de ser generalizada a qualquer acto eleitoral, em que tere-

mos de ter em conta as especificidades de cada eleição para analisarmos a utilidade do voto, ou a sua possível percepção pela generalidade dos cidadãos.

Para finalizar, vale a pena referir o capítulo sobre o Sistema Eleitoral (capítulo 3) onde sublinhamos os textos referentes às reformas do sistema eleitoral. Através da sua experiência profissional e académica, o autor confronta-nos com as reformas do sistema eleitoral, que periodicamente estão em discussão no espaço público, como foi o caso da reforma eleitoral da Região Autónoma dos Açores. Da análise elaborada sobre as reformas eleitorais, surgem duas questões: serão as reformas apresentadas realmente necessárias, e permitirão a aproximação dos eleitos aos eleitores? Constituirão elas um efectivo melhoramento do sistema representativo que existe? Ou tendem a atribuir maiores ganhos eleitorais aos maiores partidos? De acordo com André Freire, é necessário reformar o sistema eleitoral de modo a melhorar a representação nos círculos de menores dimensões e com a finalidade de aproximar os eleitos dos respectivos eleitores.

João Janeiro

Géraldine Muhlmann; Edwy Plenel, Robert E. Park. *Le journaliste et le sociologue*. Paris: Seuil, 2008, 124 pp.

Géraldine Muhlmann, professora de ciência política e de filosofia política na Universidade de Panthéon-Assas (Paris), e Edwy Plenel, jornalista e professor associado da Universidade de Montpellier, apresentam e comentam quatro ensaios de Robert Park (1864-1944) sobre a imprensa, revelando uma vertente menos conhecida de um dos fundadores da famosa Escola de Chicago.

Na verdade, Robert Park enveredou tardiamente pela sociologia e, quando o fez,

manteve sempre uma forte ligação às suas origens, o jornalismo, cultivando uma atitude metodológica que encontra aí as suas raízes e consagrando uma parte importante dos seus trabalhos ao jornalismo e à imprensa que, tal como a cidade, constituem verdadeiros laboratórios da modernidade. O livro que ora se apresenta inclui quatro dos nove ensaios escritos pelo sociólogo sobre esta temática, reunidos por E. C. Hughes no terceiro volume dos *Collected Papers of R. E. Park, Society: Collective*

Behavior, News and Opinion, Sociology and Modern Society (1952).

Duas discussões antecedem os ensaios de reunidos no volume. O texto de Edwy Ple-nel, sobre a *Actualidade de Park*, recupera e actualiza duas preocupações fulcrais em Park: a responsabilidade da imprensa na construção de um público democrático e a sua importância para a qualidade da própria democracia. Géraldine Muhlmann (*Imprensa e democracia*) realça, numa linha próxima da anterior, o contributo de Park para a afirmação de uma abordagem particular e audaz da imprensa cujas marcas se encontram em cada um dos ensaios incluídos no livro.

No primeiro ensaio, *The Natural History of the Newspaper*, originalmente publicado no *American Journal of Sociology* (1923), Park analisa, através do desenvolvimento da cidade moderna e da sociedade industrial, o nascimento da imprensa de informação/uma imprensa politicamente independente que produz uma informação (*news*) acessível a um público doravante mais vasto/e a emergência da figura central do repórter. Pioneiro, destaca igualmente a relação entre esta nova imprensa, que se impõe a partir da década de 1880, e a emergência de um ideal jornalístico de objectividade. O público emerge como uma nova personagem, que se deve *seduzir* para alimentar uma discussão de larga escala (*make people talk*) o que implica, por sua vez, oferecer garantias de exactidão factual (*accuracy*). Mas até onde pode ir essa sedução? Que novas preocupações suscita? Park aparece aqui mais sereno do que em *Multidão e público* (*Masse und Publikum. Eine methodologische und soziologische Untersuchung*, 1904), a sua tese de doutoramento, realizada na Alemanha e orientada por Wilhelm Windelband, onde receava que os leitores modernos regressem “perigosamente” em direcção à multidão de Gustave Le Bon (afectiva, intolerante e

uniforme). Park anuncia, aqui, renunciar a uma consideração das coisas “exclusivamente de um ângulo moral” para apelar à construção de ferramentas analíticas adequadas à situação.

Em *News as a Form of Knowledge*, publicado igualmente no *American Journal of Sociology* (1940), encontra-se uma sistematização dos principais temas de Park sobre a imprensa e a noção de público (*public*), ponto de encontro entre duas abordagens: a abordagem da comunicação como “transmissão”, de Walter Lippmann, e a abordagem cultural, de John Dewey. Por um lado, as notícias devem suscitar a curiosidade/interesse do público, serem apelativas de acordo com os valores culturais de um dado público, o que as inscreve num contínuo que vai do “folclore” à literatura. Por outro lado, a sua publicação e a validação dos factos que as sustentam conferem-lhes algo de um saber, de um “conhecimento”, que as inscreve num contínuo que se dirige, desta feita, para formas mais elaboradas e mais abstractas de “conhecimento”: a história e as ciências sociais. Apesar de existirem notícias (*news*) que se inscrevem mais fortemente no primeiro contínuo (*human interest stories*), sendo (idealmente) sustentadas por factos “verdadeiros” continuam, todavia, a pertencer à categoria da “informação”; informam tanto quanto entretêm. A imprensa não é, deste modo, pensada unicamente como um lugar de participação num grande debate colectivo no seio do qual se cria e confirma uma cultura comum. Esta deve ser igualmente uma ferramenta que “objectiva os factos”, que fixa uma verdade prévia a qualquer debate, exigindo-se-lhe, por isso, método e rigor. Esta é a condição para que possa continuar a estimular, na entidade cultural que é o público, o confronto de pontos de vista necessário para que esse permaneça autenticamente um “público”. Sem ela, a imprensa fabrica um consenso

cultural excessivo, uniforme, que converte o público em multidão.

Em 1940, Helen McGill Hugues, discípula de Park, publicava *News and the Human Interest Story*, obra que estuda as características comuns às histórias (*stories*) da imprensa popular dos finais do século XIX. É a curiosidade popular que é objecto de investigação, o interesse/curiosidade que visam as redacções para *seduzir* os seus leitores. Quando este se perfila como objectivo único entra-se no registo das *human interest stories*. Que diferenças existem entre essas histórias e as histórias que constituem a informação comum? No prefácio à obra de Hugues, *News and the Human Interest Story*, Park sustenta que essas histórias procuram produzir nos leitores um efeito próximo das obras de ficção e que, todavia, tais como as restantes notícias, mantendo-se fieis aos factos cumprem o seu duplo objectivo de entreter e informar. A fronteira só é ultrapassada se as histórias não respeitarem ou fabricarem os factos. A obra de Hugues oferece, deste modo, as ferramentas conceptuais para pensar uma tentação inerente ao jornalismo, muito em voga hoje, de reportagem.

Finalmente, *News and the Power of the Press (American Journal of Sociology, 1941)* Park coloca a questão do poder da imprensa, distanciando-se dos jogos de poder dos editorialistas. Estes últimos, de resto, só poderão lograr exercer alguma influência no público se permanecerem firmemente ligados às notícias. Expondo detalhadamente as diferenças de natureza e origem entre notícias (*news*) e editoriais, Park afirma mesmo que são as notícias mais do que os editoriais que fazem a opinião (*it is news rather than the editorial that makes opinion*). O poder da imprensa está intimamente ligado à sua capacidade

para alargar o seu público. Park, sempre pronto a alertar para os riscos de um decréscimo da curiosidade do público, num movimento de regresso à multidão, propõe aqui um diagnóstico inverso: o de uma opinião pública entorpecida pela variação infinita de temas e incapaz de deter a sua atenção para elaborar um julgamento esclarecido sobre as grandes questões da actualidade, porque privada de um “património comum de tradições e ideias” para interpretar os acontecimentos relatados pela imprensa. Park confirma a sua concepção de público que deve, idealmente, caracterizar-se por uma diversidade de pontos de vista e por uma unidade cultural (*cultural unit*) feita de valores comuns.

Além da reunião de quatro ensaios basilares no pensamento de Robert Park sobre a imprensa moderna, a mais valia deste livro deriva ainda, por um lado, de uma *Nota biográfica*/publicada no primeiro volume dos *Collected Papers of R. E. Park/e*, por outro, da possibilidade de descobrir uma faceta de Robert Park, a de jornalista, de algum modo eclipsada pela de expoente da Escola de Chicago. Faceta que neste “vagabundo intelectual”, como ele próprio se denomina, não representa uma simples curiosidade biográfica. Do jornalismo, com a sua cultura empírica, ferramentas práticas e curiosidades concretas guardou uma herança metodológica que não mais o abandonou. “Um sociólogo, dizia, não é mais do que um repórter mais científico, mais preciso e mais responsável”. Uma espécie de super-repórter que é o que foi Robert Park, jornalista que se tornou sociólogo e sociólogo que permaneceu profundamente jornalista.

Pedro Araújo